



APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS: A FAMÍLIA NO BRASIL COLÔNIA

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE*

PATRICIA BATISTA DOS SANTOS**

Resumo:

O presente trabalho objetiva constituir um levantamento historiográfico do estudo da família no Brasil colonial, para tanto o ponto axial é o entendimento do conceito de família e seu modelo, dentro dos aproximados trezentos anos que constituem a colônia portuguesa da América (1500-1822). Consideramos na análise os estudos clássicos, assim entendidos em razão de recorrente utilização em publicações e debates sobre abordagem a temática colonial. Foram então, apoderados e levados a guisa de reflexão obras, ensaios e publicações diversas sobre a questão da família no Brasil colonial, buscando constituir um levantamento da contribuição de pesquisadores que se dedicaram a refletir e entender a família, sua representatividade, poder, abrangência e influência junto ao Estado. Como referenciais buscou-se as contribuições historiográficas de Oliveira Vianna (1920), Gilberto Freyre (1987), Caio Prado Júnior (1972), Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro (1997), Antônio Candido (1950), Peter Laslett, década de 1960, Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff, na década de 1970, Eni Samara (1988), Mariza Corrêa (1994), dentre outros. Propomo-nos dessa forma a identificar as diferentes noções e conceitos de família constituídos ao longo do tempo, variando em decorrência das transformações econômicas, políticas, sociais e dos espaços, rural / urbano. O conhecimento dessas variáveis torna-se possível em razão da aplicação de procedimentos metodológicos, associadas a estudos de outras ciências, antropologia, sociologia, etc., com vistas a ampliar o alcance e questionamentos a ser realizada diante das inúmeras possibilidades de fonte de pesquisa, ação que resulta na diversificação da produção de referências historiográfico sobre a família no período de colonização do Brasil. O presente trabalho apresenta em síntese, as contribuições e o avançar dos recursos metodológicos aplicados à pesquisa e entendimento do fato histórico, família colonial, considerando sempre o homem como agente de criação, transformação e apropriação histórica. Desse modo, o levantamento historiográfico estabelecido reconhece as renovações e a ampliação das fontes na interpretação dos fatos, neste caso no entendimento do conceito de família, e na quebra de paradigmas perpetuados por obras clássicas 'monumentais', que balizam uma dada realidade dentro de uma conjuntura espaço-temporal, o que, no entanto, não lhe permite arvorar-se como universalizante nem homogênea a uma diversidade cultural, como é o caso da colônia brasileira. Assim, observando o estudo das

*Mestranda em História da Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão / SE. Professora Assistente I, do curso de História e Pedagogia da Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju / SE. Membro do Grupo de Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT/CNPq) e grupo Gestão, Recursos Tecnológicos e Práticas Pedagógicas em Educação (GRTPED/UNIT), Universidade Tiradentes, Aracaju / SE.

** Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão / SE. Professora Adjunta do curso de História e Pedagogia da Universidade Tiradentes, Aracaju / SE. Membro do Grupo de Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/UNIT/CNPq) e grupo Gestão, Recursos Tecnológicos e Práticas Pedagógicas em Educação (GRTPED/UNIT), Universidade Tiradentes, Aracaju / SE.

famílias mais abastadas, busca-se compreender os pontos de antagonismo, ou desacordo ‘estabelecidos’.

Palavras-chave: Família. Colônia brasileira. Historiografia.

FAMÍLIA: OBJETO DE ESTUDO.

O trabalho do profissional de história não parte do ‘ponto zero’, exige um exercício de pesquisa, memória e resgate do conhecimento preexistente. Ao historiador cabe conhecer o passado de modo há compreender o tempo presente³, ou mesmo o percurso criado, reformulado e forjado para o entendimento do agora e dos princípios comuns a uma coletividade, seja ela local, regional, ou nacionalidade, determinando traços comuns de modo a traduzir as formas de pensar de um indivíduo ou da coletividade.

Partindo dessa necessidade, nos propusemos a analisar a historiografia da família no Brasil, com vistas a compreender os elementos que a compõe e suas variáveis ao longo do tempo. Considerando para tal o modelo da família patriarcal, impresso pela literatura como o padrão ao território colonial em decorrência da estrutura política, econômica e social dominante.

Durante três séculos, período que aproximadamente durou a colônia portuguesa no Brasil, o modelo de família apresentou-se como inalterado e padrão para todas as partes, da vasta colônia. Será mesmo que existiu toda essa homogeneidade? Os mesmos padrões de vida e família existente entre os senhores do sertão⁴ eram os mesmos presentes no litoral?

O estudo da história da família parte de um fator consensual presente nos estudos clássicos sobre o tema, apresentado, sobretudo por Gilberto Freyre, segundo o qual o modelo patriarcal fundamentou a construção e a instituição da família e, por conseguinte da estrutura do Brasil colonial. O patriarcalismo é, pois uma característica preponderante e restrita à

³ Marc Bloch (1941-1942) propôs para a análise da história o entendimento do homem no seu tempo, colocando em evidência o caráter humano que envolve a história, atribuindo como objeto da mesma, o estudo do homem integrado ao grupo social. O ajuste do olhar provocado por Bloch, ultrapassar o tradicional conceito de à partir do presente conhecer o passado, encaminhando-se para o entendimento do conhecimento do passado no tempo presente, apoderando-se neste caso do método científico e de técnicas que permitam pensar a partir de documentos, o passado à ser descoberto.

⁴ Janaína Amado (1995) compreende ‘sertão ou certão’ fazendo referência ao início das questões coloniais de Portugal, segundo a qual corresponde a áreas interioranas, desertas, distantes, a lugares desconhecidos e pouco habitados, que faz oposição ao passo em que complementa o litoral, a ‘costa’, o local de maior movimentação no século XVI.

autoridade masculina, constituída a partir do acúmulo do patrimônio rural e da formação de grupos ou alianças com parentes consanguíneos e por outros ligados em razão de interesses comuns ou ainda por temor.

A variada produção historiográfica sobre a família destaca a associação desta com as relações de poder tendo por base a estrutura rural, mas ao longo dos tempos apresenta as diferentes contribuições de outros agentes, fatores indicativos do desenvolvimento do modelo de família, e da variação da economia, contribuição fomentadora de novos elementos para análise da tradicional perspectiva homogenia do conceito de família.

O termo família, segundo Vainfas (2000), é amplo e utilizado de inúmeras formas para definir a organização humana. No contexto colonial faz referência ao poder de mando e a formação de alianças, rituais e políticas celebradas entre diferentes chefes de famílias, mas também pode ser associado à chefia feminina, em suas casas e no controle das suas posses.

Desse modo, a construção de um padrão para o entendimento do conceito social deve ser analisada considerando a literatura historiográfica produzida e sua análise justifica-se ainda no contexto institucional, pelo relevante papel exercido pela família na vida privada e das estruturas sociais e políticas.

FAMÍLIA-ESTADO: ENTRELAÇAMENTO

O conceito de família no Brasil é forjado no período colonial a partir das estruturas de uma sociedade de natureza econômica escravocrata e de regência patriarcal. Os primeiros ensaios sobre a família no Brasil datam da década de 1920, nele é possível identificar a contribuição de viajantes sobre a composição e organização familiar, notadamente seus relatos voltam-se para as famílias mais abastadas. Correspondências, documentos régios, atas de posse ou festividades e diários íntimos compõem o acervo de fontes históricas e constituem os elementos que analisados em conjunto permitem entender o contexto e os princípios que regem a sociedade colonial.

Oliveira Vianna, ao publicar em 1920 a obra *Populações Meridionais do Brasil*, apresenta traços em que é possível identificar o Estado como o grande eixo da história e para

onde a história volta-se, numa abordagem conservadora. Em sua análise sobre as raízes colônias e suas heranças no processo de formação, organização e desenvolvimento da sociedade brasileira, atribui a família comandada pelo patriarca, - famílias senhoriais, a função de “ordenhar todo o seu rebanho”, neste caso inclui-se esposa, filhos, noras, genros e parentes.

Assim,

[...] É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a bênção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam “senhor” aos maridos, e esses, “senhoras” às esposas. (VIANNA, 2005:100)

A família em seu núcleo *pater-famílias* é a força motriz e de onde emanam a dinâmica e os laços de prosperidade, usos e costumes, capazes de atingir a esfera política de representatividade, constituindo e adequando-se as regras do jogo de interesses sociais, entre governantes e governados, numa nítida demonstração de que nesta hierarquia, é a determinação de um que sobressair entre os demais⁵.

Buscando entender a organização familiar, Gilberto Freyre (1987), coloca a família como centro de onde provêm os mecanismos formadores da sociedade brasileira e do processo de colonização portuguesa, em que o patriarcalismo rural determina toda a dinâmica atuando no interior da casa-grande, e nos espaços ao seu redor, a exemplo da senzala. Sob essa perspectiva,

A família não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. (...) a força social que se desdobra em política, constituindo-se numa aristocracia colonial. (FREYRE, 1987:18)

⁵ Ver também os estudos de Luís de Aguiar Costa Pinto, referente às Lutas de famílias no Brasil: era colonial. (1980), onde analisa a importância de pertencer a um grupo familiar de relativo prestígio social.

Na contribuição de Freyre, em razão da influência estabelecida parecem inexistir dicotomias e divergências, a sociedade colonial, como um todo, obedece a um único padrão. No entanto, a condição do senhor de engenho do espaço rural apresenta diferenças da existente no homem afortunado na área urbana, as relações e os atributos de poder e riqueza possuem pesos e simbologias diferenciadas, fator inclusive que tende a apresentar diferentes resultados no modo de constituir famílias, contudo, cabe situar o homem em Freyre como senhor de engenho, morador de uma área pouco povoada por outros senhores de igual posses, e em que em seu universo convivem homens de diferentes matrizes, o branco pobre (meeiro, vaqueiro, etc.), os índios e a maioria negra⁶.

Freyre buscou ainda destacar em seus escritos as relações familiares ligadas ao poderio de comando e domínio no eixo masculino. Na obra, *Sobrados e Mucambos* (1996), apresenta a família sustentada e oficializada pelo casamento cristão católico, mas discorre sobre as relações extraconjugais, e os filhos ilegítimos que também compreendem o espaço de influência do patriarca.

A área de estudo de Gilberto Freyre, foi o norte, interior de Pernambuco e a região do recôncavo baiano, grandes propriedades latifundiárias de poder e influência dos seus proprietários onde se estabeleciam relações de diferentes níveis de complexidade político-social, em que a desigualdade de gênero era elemento determinante para estabelecer os espaços de poder, evidenciando as distâncias hierárquicas existentes nas relações entre pais e filhos, homem e mulher, branco e negro e assim por diante. Freyre destaca a natureza ontológica do homem e sua conotação sexual como demonstrativo de liderança e governança local.

Caio Prado Júnior (1972), enfatiza o prestígio do senhor rural, sob as demais autoridades, inclusive diante da Igreja e do seu clero, que neste caso depois da família é a segunda esfera social, considerada inclusive como dependente da anuência do senhor da

⁶ Sobre a dificuldade de encontrar casamentos entre membros da mesma estrutura, *status* social Luiz Mott (2008), discorre sobre o envio de sinhazinhas para conventos e sobre a prática das dispensas matrimônias em que umas das suas razões é a necessidade de casamento entre membros de uma mesma, família, observando sempre os graus de parentesco, condição pela qual se evitaria casamentos indesejados e partilha indevida de fortunas.

região, em razão do acúmulo significativo de capital e prestígio simbólico e social do senhor de posses.

O autor também evidencia a promiscuidade, instabilidade e ausência de observância ao sacramento do casamento, destacando ser a proximidade entre o senhor e a senzala nociva.

Em Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil* (2014), as discussões sobre a família se constrói considerando os domínios rurais, a heranças da colonização ibérica e sua continuidade desde o período colonial. A família composta por pai, mãe e filhos, incorpora também escravos e demais agregados, possibilitando que o núcleo de influência familiar seja ampliado por meio de vasta política de alianças e ‘bênçãos’. Esses laços de solidariedade e compadrio reforçam as bases da estrutura de domínio e poder. Na análise de Holanda, a ênfase está na necessidade de formar laços de parentescos, no fortalecimento do sentimento de comunidade doméstica, na particularidade constituída na cordialidade afetiva e consanguínea.

Em, *A herança colonial e sua desagregação* (1993), trouxe a tona à necessidade de filtrar e desconcentrar o poder e influência exercida pela família, em virtude da construção da nação como instância maior de influência, fortalecendo o entendimento de Estado diante da conjuntura familiar⁷.

Essa tradição historiográfica reflete uma visão homogenia construída ao longo do período colonial, com ênfase na representação de natureza cultural, de predominância masculina, e desconsiderando os traços culturais coloniais e os diversos grupos sociais, escrita favorável uma elite em detrimento a pluralidade de outros indivíduos menos abastados que gravitavam em torno da mesma, incluindo neste caso a presença feminina e o seu protagonismo na conjuntura social.

FAMÍLIA: CONDOLÊNCIAS E AGENTES

⁷ Ver também a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda em *o Brasil monárquico, o processo de emancipação*, (1976).

A mudança na ordem econômica ao longo dos trezentos anos de governo colonial influenciaram a vida pública e as conjunturas particulares, há esse tempo, a sociedade estava composta pela família patriarcal e por uma maioria de indivíduos que se comportavam como anônimos e pouco visíveis na estrutura familiar e social.

Com o apogeu das atividades de agro exportação, a fonte de enriquecimento continuava a ser o meio rural, contudo, os lucros também eram compartilhados nos centros urbanos, somado a isso, tem-se o desenvolvimento de outras culturas e a descoberta do ouro na América portuguesa, perspectiva econômica responsável por uma sensível modificação das relação entre os senhores da terra e os demais agentes sociais.

Raymundo Faoro (1997) apresenta outros elementos que influenciam em uma nova forma de entender a família, trazendo para baía elementos que contribuíram para a redução da influência do patriarca no contexto social local, e encontra na vinda da Coroa portuguesa à Colônia (1808), um desses implicadores, em razão das medidas administrativas e de governabilidade adotadas para comportar os membros transmigrados para a Colônia.

Segundo Faoro, o controle dos cargos públicos passou a ser regulado com maior ênfase, ficando sob a tutela do monarca-luso. Essa transformação na organização e distribuição de honrarias e prestígio foi impactante nas relações de poder, e entre família e Estado que governavam sob a preeminência da metrópole portuguesa⁸.

Na década de 1950, Antônio Candido no ensaio *The Brazilian Family*, retoma os trabalhos de Gilberto Freyre. Em seu enfoque recai sobre a família como objeto de estudo sociológico e suas análises são ampliadas por meio da diversificação do uso das fontes para pesquisa como as cartas, memórias, textos, provérbios populares. O grande destaque da sua pesquisa consiste no entendimento de que o patriarcalismo familiar varia de acordo com as especificidades históricas, regionais e temporais.

Segundo Eni Samara (1988), outros estudos que discutem a família são Emílio Willems, em sua obra *a estrutura da família brasileira*, Luís de Aguiar Costa, na obra *lutas de*

⁸ Sobre o tema, consultar, Raymundo Faoro, “A obra da centralização colonial”. In: *Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro*, (1997).

famílias no Brasil: era colonial, Donald Pierson, em *the family in Brazil, marriage and family living*.

Os brasilianistas Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff, na década de 1970, retomaram a temática família dentro de uma abordagem social, com perspectiva a uma história voltada a economia doméstica, analisando os dotes de casamento e as transformações no seio da família em São Paulo, na transição dos setecentos para os oitocentos, respectivamente. Aqui houve mais uma vez a ampliação do uso das fontes, o estudo de testamentos, inventários, contratos de dotes e de casamento,⁹ colaboram para a compreensão do processo modernizador da sociedade, que envolta no próspero período de industrialização e urbanização em voga transformou seu modo de ser e viver em diferentes espaços sociais, dentro de uma abordagem sociológica.

Na década posterior estudos de Maria Luiza Marcílio, Iraci Del Nero da Costa e Eni Mesquita Samara, influenciados por pesquisas desenvolvidas em Cambridge - Inglaterra, lideradas por Peter Laslett na década de 1960, possibilitou a ampliação e uso de métodos conjunto de trabalhos entre historiadores e antropólogos, resultando no estudo demográfico da história brasileira, ampliando as pesquisas e colocando em prática novos princípios metodológicos com abrangência quantitativa, possibilitando o alargamento do campo de pesquisa, e estabelecendo meios para realização de uma análise comparativa dos eventos históricos¹⁰.

Com a ampliação do campo metodológico, a partir da análise de listagens com dados sobre o número de fogos – domicílios -, coloniais tornou-se possível observar a diversificação das famílias coloniais. Os dados contribuem para identificar diferentes variáveis, inclusive a presença de mulheres, solteiras, casadas e viúvas, no comando de suas casas e negócios, além de possibilitar perceber a existência na colônia de famílias negras, descendentes de africanos escravizados, silenciadas nas análises documentais anteriores, e em muitos casos tidas como inexistentes. Graças à ampliação do campo de pesquisa, tornou-se possível identificar a

⁹ Ver Sheila Castro, em *História da família e demografia histórica*, em *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, (1997).

¹⁰ Idem, *Ibidem*, 1997.

constituição de casamento na Igreja. É bem verdade que essa prática era comum em razão da posse de bens e ganhos materiais significativos. (Vainfas, 2000: 217-218).

O desenvolvimento de diferentes metodologias de pesquisa possibilitou inclusive que o estudo da família fosse analisado fora da esfera e predomínio patriarcal. Perspectiva analisada nos estudos da antropóloga Mariza Corrêa (1994), aplicada ou repensar a família patriarcal brasileira, que buscou contrapor o patriarcalismo reinante na historiografia nacional destacando o não predomínio irrestrito em todas as regiões um único modelo e agrupamento familiar, o consagrado patriarcalismo, além de atribuir diferenças entre as famílias rurais e urbanas.

Considerando, ser concomitante o desenvolvimento das famílias rurais e da população urbana, evidenciando neste caso as diferenças entre paradigmas de representatividade motivados por questões de impulsos e satisfação sexuais, e não mais apenas em razão de acordos. Ser talvez essa uma razão pela qual a vigília das donzelas mereça maior atenção, no período.

Sobre essas questões é recorrente na literatura existirem relatos de casos de rapto de donzelas. Em alguns casos com a anuência da mesma e quase nunca dos seus familiares, mas em outros como forma de abuso e afronta. Com o objetivo de restabelecer a ofensa do rapto montavam-se verdadeiros exércitos, voltados a defender a família e a soberania do senhor, não importando muitas vezes tratar-se de suas filhas em primeira instância ou de suas apadrinhadas¹¹.

GUIA DE REFLEXÃO

O desenvolvimento metodológico da análise histórica possibilita que grupos familiares de menor estrutura possam ser sujeitos de pesquisa e estudo sistemático, e não somente numa conjuntura macro, como é o caso o clássico estudo da casa-grande. Desse modo, o estudo da família amplia-se na medida em que diferentes perspectivas de abordagem plural e inovadora

¹¹ Recorda-se desse modo um caso de rapto, ocorrido em meados do século XIX, o rapto de Jureminha, D. Joanna Ladislau de Faro Jurema, filha de um abasto senhor de engenho e posses da província de Sergipe. Ver, A vida patriarcal de Sergipe, obra de Orlando Vieira Dantas (1980).

surgem, trazendo para cena o estudo de diferentes núcleos familiares, escravocratas, femininos, do homem pobre, o índio, dentre outros.

Essa dinâmica de ampliação do objeto criou meios para o estudo da história da família possibilitada pela ampliação do acervo documental, que abarca aspecto da demografia dos povos e dos seus códigos de postura disponíveis para pesquisa e aprofundamento. Abandonando progressivamente a análise focada na estrutura familiar paternalista homogeneizante, e adentrando na transição da mudança da família de forma ampla na estrutura social e econômica, e no entendimento, das variadas possibilidades de entender as famílias e não somente a família.

Marisa Tayra (2002) chama atenção para a transformação operada na historiografia quanto ao conceito de família, superando o entendimento de uma instituição cuja proposta é mediar à relação entre indivíduo e sociedade submetida à estrutura econômica, social, cultural e demográfica, ampliando seu entendimento a possibilidade de analisar a influência familiar no contexto social.

Ampliam-se assim, o papel preponderante no contexto colonial, em que aponta a existência única da família patriarcal, para o entendimento de que ela não existiu sozinha, embora não se possam negar a sua influência repetidamente reforçada pelos demais instrumentos do Estado legitimadores da sua existência. Seu modelo serviu muitas vezes como exemplo e instrumento disciplinador. Neste caso, cabe considerar para sua transformação, a influência de fatores econômicos estimuladores da formação de pequenas comunidades e alianças estruturantes de uma nova realidade familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. Região. Sertão, Nação. Estudos Históricas. Rio de Janeiro. Vol 8. N. 15, 1995, p. 145-151.

- CÂNDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn. MARCHANT, Alexandre. (et al). Brazil: portrait of half a continent. Nova York: Dryden Press, 1951. P. 291-312.
- CASTRO, Sheila. “História da família e demografia histórica”. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: Colha de retalhos. 3ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- DANTAS, Orlando Vieira. Vida patriarcal de Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FAORO, Raymundo. “A obra da centralização colonial”. In: Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro. Vol. 1. Ed. 11ª Rio de Janeiro. Ed. Globo, 1997.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 25ª. São Paulo: José Olympio Editora, 1987.
- _____. Sobrados e Mucambos. 9ª São Paulo: Record, 1996.
- GLEZER, Raquel. História da historiografia brasileira: construção e permanência. In: SAMARA, Eni de mesquita (org.) Historiografia brasileira em debate. Olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas, 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et. al. (orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Tomo II, O Brasil monárquico. O processo de emancipação. 1º volume. História geral da civilização brasileira. 4º edição. São Paulo – Rio de Janeiro. Difel, 1976.
- _____. “A herança colonial e sua desagregação”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- _____. Raízes do Brasil. 27ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. IN: MALERBA, Jurandir. (org.). A história escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo. Contexto, 2006.
- MOTT, Luiz. Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591-1882. São Cristóvão. Editora UFS. Aracaju. Fundação Oviedo Teixeira, 2008.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói/RJ, 2006.
- PINTO, Luís de Aguiar Costa. Lutas de famílias no Brasil: era colonial. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.
- PRADO Júnior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- REIS, José Carlos. O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção. In: O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “A história da família no Brasil”. In: Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio. São Paulo: Marco Zero, nº 17, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: Bases e perspectivas teóricas. Anais 2002 – população e história. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>, acesso em 20 dez de 2015.



12

VIANNA, Oliveira, 1883-1951. Populações meridionais do Brasil. Edições do Senado Federal. 27^a. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.